

Seis áreas-chave comparadas passo a passo a partir do acordo da *troika* e dos programas eleitorais

PS	Troika	PSD
<p>Uma das principais novidades do programa do PS é a criação de uma taxa autónoma de 21,5 por cento em sede de IRS para os rendimentos de arrendamento. A conclusão do processo de convergência no IRS entre pensões do trabalho e a revisão do sistema de deduções e benefícios fiscais "de modo a preservar a progressividade do imposto" é outra das propostas. O PS quer ainda maior selectividade no recurso a incentivos fiscais e racionalizar a estrutura das taxas de IVA, além de actualizar os impostos sobre o consumo.</p>	<p>As empresas passam a pagar menos taxa social única por cada trabalhador. Para compensar os efeitos dessa redução prevê-se a alteração da estrutura e das taxas do IVA ou novos cortes na despesa. Deduções com despesas de saúde, educação e prestação da casa baixam. Haverá mexidas nos benefícios fiscais e nas isenções previstas, em IRC, IVA e IRS. A Madeira e os Açores serão obrigados a aumentar a carga fiscal a partir de 2012. O IMI sofrerá um agravamento. Os impostos sobre veículos e tabaco também sobem.</p>	<p>O programa do PSD prevê uma redução de quatro pontos percentuais da taxa social única paga pelas empresas, compensada por ajustamentos no IVA. Propõe rever os actuais incentivos e benefícios fiscais e criar um incentivo às actividades exportadoras, reduzindo o IRC. Propõe ainda reduzir o limite à dedução de benefícios fiscais em IRC e renovar os incentivos às regiões com maiores dificuldades. No IRS prevê-se a redução do número de escalões de tributação no médio e longo prazo. R.M.</p>
<p>O PS toma como referência o acordo assinado na Concertação Social em Março e que prevê a redução das indemnizações por despedimento, uma maior flexibilidade de horários e revisão da contratação a termo. Porém, o programa do PS é parco em palavras e apenas diz que em respeito pelo acordo "serão prosseguidas as medidas de apoio à adaptabilidade das empresas e ao dinamismo do mercado de emprego, combinadas com o combate à precariedade laboral e com o incentivo à contratação de jovens e de desempregados".</p>	<p>A principal aposta é a flexibilização do despedimento por inadaptação e extinção de posto de trabalho, eliminando restrições previstas na lei. Propõe reduzir as indemnizações por despedimento de 30 para 20 dias, mas prevê alargar esta medida a todos os trabalhadores e não apenas aos novos contratos. Os encargos das empresas com horas extra serão reduzidos, haverá maior flexibilização dos tempos de trabalho ao nível da empresa e os bancos de horas poderão ser adoptados por acordo entre empregador e trabalhadores.</p>	<p>Além das mudanças propostas pela <i>troika</i>, o PSD quer criar uma nova tipologia de contrato. O objectivo é acabar "tendencialmente" com os contratos a termo, alargando o período experimental. Os bancos de horas serão negociados individualmente ou por grupos, sem passar pela negociação colectiva, permitindo que o pagamento do trabalho suplementar se faça em tempo ou dinheiro. Prevê-se que as empresas possam recorrer a trabalho temporário sem justificação, desde que respeitem limites percentuais. R.M.</p>
<p>Equacionar a revisão dos benefícios fiscais em matéria de despesas de saúde, de modo a reduzir as desigualdades. Nos cuidados primários, fazer com que as Unidades de Saúde Familiar abranjam todo o território nacional até 2013. Quanto a medicamentos, promover a prescrição electrónica, com a desmaterialização de todo o circuito administrativo do medicamento, criar condições para a generalização da prescrição por Denominação Comum Internacional (por substância activa) e continuar a apostar nos genéricos.</p>	<p>Diminuição das isenções de taxas moderadoras e aumento do seus valores em alguns serviços, tal como a diminuição de deduções fiscais com a saúde em dois terços. Reforço dos cuidados primários, de modo a reduzir idas desnecessárias às urgências. Quanto a medicamentos, prevê a prescrição electrónica para todos os clínicos, baixa do preço dos genéricos e incentivos à sua prescrição (deverão ser 1 por cento do PIB, em vez do 1,5 por cento actual), reduzindo barreiras administrativas e legais à sua introdução.</p>	<p>O PSD propõe rever a política de taxas moderadoras por forma a garantir que apenas se isenta quem realmente necessita dessa isenção. No capítulo dos cuidados primários, quer abrir a gestão de cuidados primários a cooperativas de profissionais, entidades privadas ou sociais, aumentando a oferta deste nível de cuidados. Quanto a medicamentos, é sua intenção criar condições para a duplicação do mercado de genéricos através do reforço da prescrição por denominação comum internacional. C.G.</p>
<p>Uma das quatro questões-chave para o país, importante para a "competitividade da economia". Insistindo que é preciso reduzir custos, o PS diz que é preciso melhorar a eficiência do sistema e aumentar a celeridade, essencialmente em três áreas: arrendamento, cobrança de dívidas e insolvências. Propõe-se intensificar a aposta na resolução alternativa de litígios (arbitragem e julgados de paz). Sugere a continuação da reforma do mapa judiciário, modernização das instalações e formação e especialização dos magistrados.</p>	<p>Reforma do mapa judiciário concluída até o fim de 2012 e a regularização dos processos pendentes, nomeadamente as cobranças de dívidas e os de insolvência, até Junho de 2013. Incremento dos meios alternativos de resolução de litígios, como os julgados de paz e a apresentação de uma nova lei da arbitragem até Setembro. Criar juízos especializados em insolvência nos tribunais do comércio e avançar-se com a revisão do Código do Processo Civil, que começará com a extensão do modelo experimental a mais quatro tribunais.</p>	<p>Para o PSD, é uma das chaves para a mudança e "um factor de eficiência da economia". Depois de um diagnóstico arrasador, o PSD promete que "não irá adoptar rupturas" sem prévia avaliação da situação existente e dos custos. Admite mexer no regime das custas judiciais e defende a simplificação das leis processuais e a reforma de todo o processo civil, um "ponto estruturante". Defende a aposta nos tribunais arbitrais e uma punição dissuasora, através de coimas, para quem violar o segredo de justiça. M.O.</p>
<p>A principal aposta do PS vai para a eliminação em 2011 de mais de 900 cargos dirigentes e para a fusão ou extinção de mais de 60 organismos e serviços da administração central, além da reestruturação do sector público empresarial. O SIMPLEX continua a ser uma das bandeiras socialistas, em particular no acesso às actividades económicas ou aos fundos comunitários. Na área dos recursos humanos, o programa eleitoral compromete-se a prosseguir a avaliação de desempenho e a desenvolver regimes flexíveis de trabalho.</p>	<p>Nos próximos anos, a <i>troika</i> quer que os organismos da administração central, regional e local dispensem 23 mil funcionários. Essa meta será alcançada pela redução de 1 por cento ao ano dos efectivos da administração central e pela dispensa de 2 por cento dos trabalhadores das autarquias e regiões. Há ainda o objectivo de reduzir em 15 por cento as chefias e serviços da administração central e alargar a reestruturação às autarquias e às regiões. Os salários vão ser congelados em 2012 e 2013.</p>	<p>O PSD propõe que só entre 1 funcionário por cada 5 que se reformem ou saiam, quer fomentar a mobilidade dos trabalhadores entre organismos e facilitar as rescisões por mútuo acordo. Sem adiantar metas, pretende reduzir o número de cargos de direcção e dirigentes intermédios. A racionalização do património do Estado, a remodelação de edifícios existentes ou a redução do parque de viaturas são outras medidas previstas, bem como a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos e às empresas. R.M.</p>
<p>O PS propõe-se, respeitando o princípio da proporcionalidade, aproximar os eleitores dos eleitos. No poder local propõe que seja reforçado o poder fiscalizador das oposições nas assembleias municipais. E defende alterações ao regime de regionalização previsto na Constituição, nomeadamente a eliminação do duplo referendo. Tornar, ainda, elegíveis os órgãos políticos da Área Metropolitana de Lisboa. Quer aumentar a Autonomia das Regiões dos Açores e da Madeira.</p>	<p>Na abordagem que faz da redução do peso do Estado, o documento da Comissão Europeia propõe a reorganização do poder local. Nomeadamente, a redução dos 308 concelhos e das 4.259 freguesias. O documento prevê que o próximo governo prepare uma alteração à lei que concretize um novo mapa autárquico até Junho de 2012. O objectivo é que entre em vigor nas eleições autárquicas de 2013 e que projecte uma real diminuição de custos.</p>	<p>O PSD defende uma optimização do número de municípios e freguesias, nomeadamente nas freguesias urbanas. Retoma o desejo de alterar a lei eleitoral para reduzir o número de deputados para 181 e também a lei eleitoral autárquica para criar os executivos locais homogéneos, em que uma só força ocupa toda a vereação. Propõe a parlamentarização das assembleias municipais diminuindo os membros destas. Quer aprofundar a autonomia dos Açores e da Madeira. S.J.A.</p>